

“O resto perdeu-se?” História e Folclore: o caso dos muçulmanos das Alagoas*

Mariza de Carvalho Soares e Priscilla Leal Mello**

O comerciante L. F. de Tollenare que viveu em Recife na primeira metade do século XIX dedica um detalhado capítulo de seu relato à Província de Pernambuco nos tempos da revolução de 1817. Termina dizendo: “o resto perdeu-se”. Perdeu-se não apenas o que escapou à memória deste negociante francês, mas muito mais. Nos turbulentos tempos da revolução perdeu-se tudo que nela se fez menor, ou ausente¹. É justamente sobre temas e registros que estão se perdendo ao longo do tempo que trata este artigo, retomando para isso os trabalhos de três folcloristas que falam sobre a presença da tradição muçulmana na sociedade alagoana, nos séculos XIX e XX.

Em Theo Brandão (1907-1981) destacamos as cheganças contidas em seu livro *Folgedos Natalinos* onde se encena a “Guerra dos Mouros”; em Abelardo Duarte (1900-1992) uma rebelião descrita em seu livro *Negros Muçulmanos nas Alagoas: os Malês*² Por fim Mello Moraes Filho nos deixou um intrigante relato. Estabelecido no Rio de Janeiro o médico Alexandre José de Mello Moraes Filho (1844-1919), também renomado folclorista, tem entre suas mais preciosas crônicas publicadas em *Festas e tradições populares do Brasil*, a descrição da “Festa dos Mortos”. Theo Brandão e Abelardo Duarte eram

* Este texto resulta de um primeiro levantamento arquivístico e bibliográfico realizado em Alagoas em janeiro de 2006. O levantamento da documentação foi feito por ocasião de uma viagem de campo com a participação das duas pesquisadoras e da bolsista de Iniciação científica CNPq/UFF Camila Baptista Dias, responsável pela digitalização da documentação levantada. A viagem de Priscilla Leal Mello foi financiada pelo CNPq e teve como objetivo o levantamento de dados sobre os muçulmanos no Brasil para elaboração de sua tese de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Mariza Soares contou com apoio do projeto Ecclesiastical Sources in Slave Societies-ESSSA Escravidão Africana nos Arquivos Eclesiásticos-EAAE, www.historia.uff.br/curias, financiado pelo National Endowment for the Humanities/US (através da Fundação Euclides da Cunha/UFF) que financiou a viagem da pesquisadora e de uma assistente e forneceu os equipamentos. A pesquisa contou ainda com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal Fluminense.

** Mariza de Carvalho Soares é professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Priscilla Leal Mello é doutoranda do mesmo Programa.

alagoanos, viveram e produziram em Alagoas; no caso de Mello Moraes filho, alagoano era Mello Moraes pai, falecido em 1882³, portanto seis anos antes da data indicada por seu filho para os acontecimentos por ele descritos.

Enquanto em Theo Brandão a referência ao islã aparece nas festas populares do folclore alagoano que rememoram e ritualizam da expulsão dos mouros e a constituição do reino de Portugal, no século XIV⁴. Em Abelardo Duarte há a identificação precisa de um grupo de muçulmanos que estabelecidos em Alagoas teriam promovido, em 1815, uma revolta semelhante às acontecidas no Recôncavo baiano na mesma época.

Temos, portanto, na temática aqui tratada, a presença de duas situações e temporalidades diversas: uma rebelião no século XIX e uma festa popular no século XX: a primeira trata do islã negro que chega ao Brasil em decorrência do tráfico atlântico; a segunda expõe a questão do Islã no quadro do universo religioso português medieval. Uma e outra se cruzam no dia a dia da vida dos africanos muçulmanos e seus descendentes, na cidade de Penedo⁵ desde antes de 1815, quando resolveram promover um levante contra os brancos do lugar. Terminado o levante, uns foram presos e mortos, outros continuaram a honrar a Deus e jejuar, e provavelmente participar das comemorações coletivas do lugar, como os folguedos natalinos⁶.

Um dos autos que compõem os folguedos natalinos é conhecido como Guerra dos Mouros. Desse auto, Theo Brandão registrou o seguinte diálogo que trata da prisão e conversão de uma embarcação de mouros pelo almirante de uma esquadra cristã⁷:

Almirante: Suba, suba, meu gajeiro
Suba no mastro de ré
Suba com seus aparêio
Veja se é mouro ou não é

Gajeiro: Aviso seu Aumirante,
Aviso venho lhe dá,
Avistei duas velinhas,
É de Mouro e vêm brigá.

Este mouro a que a chegada se refere é o mouro medieval, vivendo em terras distantes e épocas incertas. Perguntado sobre quem é seu senhor, o Mouro da Chegança responde:

Mouro: É o Suberano
Rei da Mauritânia
Sinhô do só (sic sol)
E Reis da lua

A menção ao sol e à lua, mais que uma imagem poética, é uma óbvia referência islâmica. E não contente em informar sobre sua terra, o mouro acrescenta:

Mouro Almirante a vós meu soberano sinhô manda dizê
 Que eu faça de ti um mouro e siga com ele para
 O reino da Turquia.

Frustrado em seu intento de converter o almirante cristão e seus homens, o fracasso das negociações termina em guerra entre cristãos e mouros. Derrotados, os mouros pedem o batismo:

Batismo, nós, Mouros, pedimos
Ao sinhô Mestre-Patrão
Que nos mande chamar um padre
Para fazê de nós cristão.

Em seguida o capelão procede ao batismo dizendo:

Capelão Eu te batizo, Mouros,
 Mouros, infiéis pagãos,
 E ao depois de batizados
 De Mouros serás cristãos

Mesmo depois de batizados os conversos tentam ainda um último ato de rebeldia, motivo para nova prisão da qual finalmente se livram cantando:

(conversos) Graças ô céu
 De todo o meu coração
 Que agora estamos livres
 Dos ferros deste porão.

A Chegança relata e revive uma guerra religiosa referida a um passado distante e confuso em sua geografia e cronologia. Mas é curioso pensar que pelo menos uma pequena parte da população cristã alagoana tivesse, no início do século XX uma imediata ancestralidade muçulmana. Se provavelmente a maioria deles não conseguir chegar ao novo século seus filhos o fizeram. A primeira geração de filhos de africanos, nascida no Brasil, testemunhou ou ouviu relatos familiares – tanto sobre a expansão do islã na África e sobre os episódios que deram origem à migração forçada de seus pais e avós a partir de 1804, quanto sobre a repressão antecipada da rebelião de Penedo – em 1815.

Os escravos muçulmanos traficados para o Brasil, nos primeiros anos do século XIX, aqui chegaram em conseqüência da *jihad* do califa Usman da Fodio sobre os haussás, e, depois iorubas que foram, em decorrência disso, escravizados e vendidos nos portos negreiros da Baía do Benim. Em 1815, quando corre a notícia do levante malê em Alagoas, não deve ter havido muitas dúvidas de que esses muçulmanos, assim como os rebelados baianos do anterior deviam ser oriundos da Terra dos Haussás, na atual Nigéria⁸. Não tinham, portanto, nada a ver com a Mauritânia ou a Turquia mencionadas na Chegança.

Entretanto, é no mínimo curioso pensar como, em Alagoas, essas representações alegóricas do mundo islâmico já presentes nos festejos coloniais teriam repercutido junto a africanos muçulmanos, eles próprios convertidos e postos a ferros nos porões de navios semelhantes aos dos versos da Chegança. É no mínimo curioso pensar como, em Alagoas, essas representações alegóricas do mundo islâmico já presentes nos festejos coloniais teriam repercutido junto a africanos muçulmanos, eles próprios convertidos e postos a ferros nos porões de navios semelhantes aos dos versos da Chegança.

É justamente partindo da idéia de que existem diferentes leituras para a festa e variadas formas de apropriação da mesma que retomamos aqui, a Chegança como ponto de partida para pensar a particularidade da religiosidade desses conversos haussás, tapas, bornus, iorubás, que se levantaram contra a escravidão em nome de Alá, nas primeiras décadas do século XIX. Difícil saber se assistiam os folguedos natalinos e se deles participavam. Um fato é certo: o levante que organizaram para o ano de 1815 estava marcado para o dia de Natal.

Este texto situa-se propositadamente nessa encruzilhada de crenças e práticas culturais onde certamente os africanos de Penedo circulavam. Um ponto importante é o fato de que para o planejamento da revolta era necessário contar com uma comunidade estabelecida e com um certo grau de organização interna o que leva a crer que, mesmo com a prisão de muitos deles - Abelardo Duarte informa sobre vinte detenções⁹ - muitos outros escaparam e continuaram vivendo suas vidas até morrer, talvez bem velhos, num tempo que a memória e o registro do folclore já alcançam.

Segundo o historiador francês André Burguière, a Escola dos Anais promoveu o “renascimento de uma história antropológica¹⁰” que, já presente entre historiadores franceses do século XVIII, fora abandonada pela história dos acontecimentos. Essa história antropológica setecentista tinha muito a ver com a história das famílias, dos povoados e da vida dos camponeses e dos burgueses que, pouco a pouco, se concentraram nas cidades. É justamente esse “dia a dia” que pretendemos aqui retomar, partindo do pressuposto que os trabalhos dos folcloristas são uma porta importante para se chegar ao cotidiano de outros tempos.

Enquanto nas Alagoas a história dos acontecimentos tratou das batalhas e dos heróis locais, enfocando a Guerra dos Palmares e a Revolução Pernambucana de 1817, os folcloristas salvaram do esquecimento um grande volume de informações aparentemente desconexas, mas que, se repensadas à luz de novas abordagens, certamente hoje iluminam para o historiador caminhos ao passado quase inacessíveis. Esse é o caso da presença dos africanos muçulmanos nas Alagoas cujo estudo, só se tornou viável a partir do trabalho elaborado por Abelardo Duarte que, com seu texto deixou pistas preciosas para futuras pesquisas. Publicado em 1958 o livro de Abelardo Duarte ainda não recebeu por parte dos historiadores da escravidão e do tráfico atlântico a atenção devida. João Reis dá pouco destaque a essa revolta que é rapidamente mencionada no capítulo sobre as revoltas na Bahia portuguesa. Segundo Reis os malês de Alagoas teriam fugido da Bahia durante o governo do Conde dos Arcos (1810-1818), período em que aconteceram

três revoltas e uma grande conspiração. Em 1814 um grande grupo de escravos deixou Salvador em direção ao Recôncavo onde tinham sido derrotados pelas tropas do governo. Parte daqueles que conseguiu escapar teria ido para Alagoas, onde planejaram novo levante para o ano seguinte¹¹. Por outro lado é também curioso notar que por tratar de um tema histórico (rebelião escrava no século XIX) o livro de Duarte tem também sido pouco valorizado por antropólogos interessados nas vivências contemporâneas¹².

A proposta de André Burguière é justamente a releitura das narrativas folclóricas é nesse registro que propomos aqui uma retomada do trabalho de Theo Brandão e, especialmente, de Abelardo Duarte. Em seu verbete “Antropologia Histórica”, o historiador ressalta a importância do folclore para a compreensão dos fenômenos sociais:

“Abandonado durante muito tempo aos amadores do pitoresco e do esoterismo, o folclore tem sentido para o historiador, devido precisamente à sua marginalidade. A sua aparente insignificância adentro do jogo social é indício de que nele foi investido e está preservado um sentido *importante*. A característica do poder é que ele nunca está exatamente onde parece estar; é por isso que a história das instituições dá muitas vezes a impressão de acumular encontros falhados¹³”.

E mais adiante acrescenta;

“Tudo se passa como se, para existir, cada sociedade tivesse necessidade de anular a sua transparência, disfarçar as pistas tanto para si própria como para o mundo exterior. Desde há muito que o antropólogo está familiarizado com este princípio de opacidade que caracteriza toda a realidade social. Sabe que, para compreender uma sociedade, há que contornar aquilo que ela espontaneamente declara¹⁴.”

Para os historiadores alagoanos a Guerra dos Palmares atesta de um lado a presença colonial e de outro os valores nativistas e libertários; já a Revolução de 1817 é tomada como marco da autonomia alagoana que, na ocasião, se separa de Pernambuco. Os dois episódios têm também ampla presença na historiografia nacional. Uma das testemunhas da Revolução de 1817 foi o já citado Tollenare que registra, cuidadosamente, os acontecimentos em suas memórias dominicais. Embora estando à época estabelecido na cidade de Recife, Tollenare em seu texto demonstra conhecer pouco os arredores da cidade e o interior, quase nada sobre a Comarca de Alagoas. Ao longo de sua única menção a Alagoas afirma, em abril de 1817: “Tem havido algumas revoltas pelo mato; fala-se de um desembarque operado nas costas de Alagoas.” A frase é um parágrafo solto no qual não fica claro se as revoltas ou apenas o desembarque, teriam ocorrido em Alagoas, tampouco esclarece os motivos e o desenlace do referido desembarque. Apenas

acrescenta: “Ocultam-se as más notícias e exageram-se as boas, nós não podemos absolutamente saber a verdade¹⁵.” Com esse comentário, o autor nos faz saber que não apenas sua memória o traía como também seus contemporâneos lhe sonegavam os desejados detalhes dos acontecimentos¹⁶.

Foi certamente nesse jogo de controvertidas verdades e grandes interesses que os acontecimentos que marcaram a vida da Comarca das Alagoas em 1815 se perderam. Já no ano seguinte os furores revolucionários colaboravam para o rápido esquecimento daquele episódio. Talvez, não fosse o cuidado de Abelardo Duarte muito mais tempo se perdesse antes que a rebelião de 1815 fosse recuperada nos arquivos do Rio de Janeiro, Alagoas e Pernambuco em busca dessa história, e então uma passagem importante da história da escravidão africana no Brasil estaria sendo esquecida. Talvez, assim como os malês de Alagoas e Sergipe, também o trabalho de Abelardo Duarte tenha ficado esquecido, não tendo sido dado a ele o destaque merecido.¹⁷

Para além da documentação de época já identificada e ainda por identificar, foi através da obra de folcloristas e antropólogos que os acontecimentos de 1815 ficaram conhecidos. Dentre eles, destacam-se Etiènne Brasil, Nina Rodrigues, Luiz Vianna Filho, Alfredo Brandão, Gustavo Barroso e Waldemar Valente. Enquanto entre todos os demais o enfoque foram os malês no século XIX, Valente se ocupou de uma temporalidade mais contemporânea, buscando as marcas e/ou sobrevivências islâmicas no presente.¹⁸ Segundo Abelardo Duarte, Arthur Ramos identifica duas “seitas poderosas que disputaram a primazia religiosa nas Alagoas: a “de Xangô e a de male”, o folclorista alagoano vai mais longe e argumenta que havia “uma diferença fundamental” no culto “praticado pelos negros muçulmanos do Penedo (Alagoas) em relação aos da Bahia e Rio de Janeiro já que os muçulmanos de Alagoas não seriam tão ortodoxos quanto os primeiros.¹⁹ A questão da ortodoxia (ou da “pureza”) é uma constante tanto nos autores do passado quanto nos contemporâneos²⁰.

Tendo começado a publicar sistematicamente na década de 1940, quando assumiu o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas-IHGAL. Abelardo Duarte comenta que em *Casa-Grande & Senzala*, cuja primeira edição data de 1934, Gilberto Freyre (1900-1978) fora sensível ao tema por ele estudado. No prefácio de *O negro na Bahia*, por exemplo, Freyre informa que, relendo a correspondência dos capitães gerais de Pernambuco com a Corte encontrou um volume relativo a 1815-1817 onde consta uma carta do então governador e capitão geral de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, na qual faz referência ao movimento de 1815, em Alagoas²¹.

Abelardo Duarte não apenas descreve a revolta mas fala da longevidade da comunidade muçulmana local, incluindo no livro uma foto de um grupo, datada de 1887, feita pelo Dr. Carvalho Sobrinho, e que lhe chegara às mãos, em data ignorada, por intermédio Dr. Aloísio Freitas Melro²². O autor informa ainda que, além da documentação citada, recebera algumas informações do jornalista Jurandir Gomes²³.

A revolta dos malês de Penedo

Segundo Abelardo Duarte, a rebelião estava marcada para acontecer no Natal de 1815, mas o plano foi denunciado e a rebelião sufocada pelo então ouvidor da Comarca das Alagoas, Antônio José Ferreira Batalha. A documentação encontrada por Duarte seria um ofício do próprio ouvidor ao governador e capitão geral de Pernambuco, datado de 4 de agosto de 1815, narrando a repressão ao planejado levante. Ainda de acordo com Duarte, os malês de Alagoas seriam egressos da Bahia de onde teriam fugido em razão das perseguições sofridas naquela província desde o ano de 1807, quando começaram as rebeliões no Recôncavo²⁴. Por fim informa que o grupo estava concentrado em duas localidades: Alagoas (sede da Comarca e atual Marechal Deodoro); e Penedo onde, segundo ele havia uma reconhecida concentração de haussás²⁵.

Conta-nos ainda Duarte que o ouvidor organizou os ordenanças e as milícias locais para localizar e prender os revoltosos e que, considerando tais forças insuficientes, recorreu ao Diretor de Índios que enviou 200 homens para se juntarem à tropa. No total, foram detidos 26 revoltosos, sendo 11 deles considerados perigosos. Abelardo levanta três hipóteses para a chegada desse grupo a Alagoas. Uns teriam sido traficados diretamente para a região para trabalhar como escravos nos engenhos e fazendas; outros teriam sido para lá transferidos através do tráfico interno; outros por fim, seriam fugitivos da Bahia²⁶. Não foi aventada pelo autor a possibilidade dos senhores baianos terem deliberadamente se desfeito desses revoltosos indesejáveis vendendo-os, quem sabe a baixo preço, nas barrancas do São Francisco. Por fim, resta ainda a possibilidade de terem vindo por conta própria, fugidos ou libertos. De um modo ou de outro, seguiram a importante rota comercial que conectava Penedo - pertencente à Comarca de Alagoas, vinculada a Pernambuco - a Salvador, na Bahia.

As insurreições haussás da Bahia ocorreram em 1807, 1809, 1813, 1816. Daí em diante não há registro de outros levantes até 1826, quando iniciam-se as rebeliões reconhecidas como nagôs (1826, 1827, 1828, 1830, 1835). Datando a planejada rebelião de Penedo de 1815 só poderia ter contado com escravos locais ou com egressos dos movimentos de 1807, 1809 e 1913-14, o que reforça sobretudo a tese da presença de haussás entre os malês de Penedo.

A festa dos mortos dos muçulmanos de Penedo

De Mello Moraes Filho herdamos a exímia narrativa “A Festa dos Mortos (*Alagoas*)”, celebrada duas vezes por ano pelos muçulmanos de Penedo, segundo ele, até 1888, ano da Abolição. O próprio Abelardo Duarte indaga-se como Mello Moraes Filho poderia ter tomado conhecimento da celebração malê? Arthur Ramos acredita que ele presenciou a cena. Duarte prefere acreditar que Mello Moraes Filho poderia tê-la ouvido do próprio pai, o alagoano Alexandre de Mello Moraes, falecido no Rio de Janeiro em 6 de novembro de 1882; ou que poderia tê-la ouvido de outrem, “pois a residência do tradicionalista era, na Corte, uma espécie de Meca de nordestinos nostálgicos que lá acorriam em busca de notícias e viviam a recordar o passado²⁷”.

Aventamos ainda outra hipótese, a de que a informação tivesse chegado a Mello Moraes Filho através do próprio Dr. Carvalho Sobrinho ou qualquer outro morador ou viajante que tenha passado por Penedo nas últimas décadas do século XIX, com quem a família Mello Moraes tivesse tido contato. A tarefa de identificação da fonte da descrição é ainda mais dificultada pelo desconhecimento da data em que o texto foi escrito. Sobre essa questão, ainda temos mais perguntas do que respostas. Teria Mello Moraes pai deixado algum relato? Teria o relator visitado o local ou ouvido a história de alguém? O relato indica a cidade de Penedo mas não faz menção ao local, o que faz suspeitar que alguém contou de ouvir dizer, e não por ter presenciado o fato, o que certamente o levaria a enriquecer a narrativa com mais detalhes. Se obteve o relato de terceiros, quem teria sido sua fonte? Duarte faz menção ao texto de Mello Moraes Filho e publica a foto que estava sem seu poder, mas não agrega muitas outras informações sobre o grupo. Diz que se concentravam em dois bairros de Penedo: Rocheira e Barro Vermelho²⁸.

Mello Moraes Filho descreve a cerimônia (inclusive o sacrifício de animais) mas não faz referência explícita ao islã, indicando apenas “origens do hebraísmo” nos ritos sacrificiais observados. Isso também faz suspeitar se teria ele tido, ou não, conhecimento da presença de africanos muçulmanos em Penedo. Apesar dos detalhes na descrição do rito em si, o relato é pobre no que diz respeito ao lugar e aos frequentadores, seus trajés, cantos, local de moradia, trabalho etc, ou mesmo comparações com outros lugares, próximos ou distantes. Além disso, o que não é de se estranhar entre os autores da época, conhece pouco sobre os povos africanos não distinguindo a variedade étnica presente entre os muçulmanos, como os registrados em fotos da segunda metade do século XIX em outras partes do Brasil, especialmente na Bahia²⁹. Isso indica que muito provavelmente Mello Moraes Filho não assistiu a esse ritual, fazendo sua descrição a partir de relato alheio. Tal recurso não é de espantar já que outros textos são escritos com base em informações de terceiros³⁰. São de Câmara Cascudo as notas da edição da Itatiaia (1979) ao livro de Abelardo Duarte, e é ele quem cita Arthur Ramos em sua afirmativa sobre o caráter “evidentemente de origem malê” do rito funerário descrito por Mello Moraes Filho³¹.

A geo-história dos muçulmanos de Penedo

A Penedo de hoje guarda a sete chaves muitas das respostas às nossas perguntas. Sabemos através de Abelardo Lobo que os muçulmanos de Penedo viveram nos bairros da Rocheira e do Barro Vermelho, onde se pode chegar a pé, descendo a ladeira da Igreja do Rosário dos Pretos. Essa Igreja, pertencente à irmandade no mesmo nome, tinha como principal orago a Virgem do Rosário. Era e ainda é hoje, a Igreja do Rosário dos Pretos” que assim se distingue da outra, a do Rosário dos brancos, sede da matriz, Além do orago principal outros santos e variedades da Virgem eram também cultuado na igreja, mas muito provavelmente aí devem ter existido outras devoções, entre ele Nossa Senhora da Boa Morte, cuja festa do ano de 1875 foi anunciada no *Jornal de Penedo*, 27.08.1875:1

Abelardo Duarte, em afirmativa não de todo indiscutível, defende terem os muçulmanos de Penedo mantido suas tradições nos rigores da ortodoxia, mas viviam perto da igreja, no que eram, certamente o bairro dos pretos forros. A relação e o modo como combinavam práticas católicas e islâmica precisa ainda ser melhor explorada mas algumas “coincidências” podem ser destacadas. É o caso do *assumuy* ou jejum anual - um dos cinco pilares do Islã - que coincide com a Festa do Espírito Santo, “celebrada pela Igreja Católica, durante uma luação inteira ou período lunar³²”. Intrigante, também, é o fato de os muçulmanos, embora escravos, encontrarem brechas para desempenharem, com todo o rigor que requer o Alcorão, a sua religiosidade.

Segundo Abelardo Duarte, o Mapa da População do Termo da Vila do Penedo, de 1828, indica que viviam na localidade 4.468 pretos, dentre eles 2.043 livres e 2.425 escravos. Nesse mesmo ano, foram identificados no termo da referida vila haussás, fulas e mandingas. Além desse documento, enviado pelo capitão-mor do Penedo, Manoel Hipólito de Souza Vieira, ao presidente da Província das Alagoas, Manoel Antonio Galvão, listas de africanos livres, publicadas no *Jornal de Penedo* de 1875, indicam a presença de haussás, mandingas e nagôs. Essas listas foram remetidas pelo Dr. João Camilo de Araújo (curador de africanos livres) ao governo provincial de Alagoas³³. Ora, será que os participantes da Festa dos Mortos, do *assumuy* e de outros tantos rituais eram todos já libertos, com disponibilidade de tempo para os festejos?

As pistas, deixadas pela imprensa da época, confirmam a circulação da gente muçulmana pelo Penedo. A edição de 13 de agosto de 1875 do *Jornal de Penedo* (Ano V, No 32, p.3) traz o anúncio de uma escrava Maria, fula, de 20 e tantos anos que “desapareceu da casa do senhor José Loureiro do Monte”. Também outra, de nome Roza, estava preocupando seus proprietários com seu sumiço.

A fotografia dos muçulmanos de Penedo*

Como já foi indicado, além da descrição da rebelião no ano de 1815, Abelardo Duarte se preocupou em mostrar que os muçulmanos permaneceram em Penedo após a prisão de muitos de seus grupo, anexando ao texto a foto de 1887 que lhe havia chegado às mãos por intermédio do Dr. Aloísio Freitas Melro e que fora tirada pelo Dr. Carvalho Sobrinho (já mencionado como um dos possíveis informantes de Mello Moraes). No verso da foto consta: “Candomblé – Brinquedo dos Africanos de Penedo”. A foto reúne 5 homens e 15 mulheres³⁴.

A foto exibida por Abelardo Duarte nos sugere uma comparação com as duas imagens que ilustram o capítulo *A Festa dos Mortos*, de Mello Moraes Filho. A primeira delas é a do “Chefe Sacrificador”; a outra, a da “Boiadéra Negra”. O traje do chefe é tipicamente muçulmano. Tem ainda um machado na mão e um pequeno carneiro a seu lado, que será sacrificado no buraco aberto na terra à sua frente, base da refeição que deverá anteceder o jejum que começará ao amanhecer. O mesmo não pode ser dito sobre a indumentária feminina, eternizada na figura da Boiádera: “de turbantes e panos da costa, de saias rendadas e leves chinelinhas, as mulheres negras prodigalizavam aos

convivas do estranho festim comidas à moda de seu país”, escreve o memorialista. Ainda sobre a participação feminina na festa, escreve:

“Graciosa e vistosamente trajada, recobria-lhes a mão suspensa uma chuva de fitas de todas a cores, pendentes do cabo de uma varinha de prata de sessenta centímetros de comprido e em cuja extremidade tiniam moedas de ouro, de encontro às voltas de missangas e búzios que a adornavam de um palmo³⁵”.

É interessante observar que os trajes masculinos são tipicamente muçulmanos, enquanto os femininos se assemelham à vestimenta das chamadas “negras minas” e mais tarde das “baianas”. Isso parece nos indicar que muito provavelmente não havia mulheres de origem ou cultura estritamente árabe nessa região. Tal explicação combina com o perfil da distribuição de homens e mulheres haussá no tráfico Atlântico, suspeita fortalecida ainda pela presença de apenas uma, dentre as quinze mulheres da foto, que cobre a cabeça com um véu, demonstrando um uso diferenciado da tradição de manter a cabeça coberta pelo véu e não pelo turbante.



Uma explicação possível para essa distorção numérica entre homens e mulheres africanas islamizadas pode ser encontrada na economia do tráfico entre os muçulmanos na África e no Atlântico. No contexto da escravidão muçulmana, as mulheres eram prioritariamente destinadas às regiões árabes: as mais desejadas eram tomadas como concubinas, e as demais relegadas às tarefas mais baixas e trabalhosas³⁶. Isso talvez explique a dificuldade, até o momento, de os historiadores encontrarem vestígios significativos de mulheres muçulmanas escravizadas o que torna a foto ainda mais significativa, colocando em destaque uma questão de gênero importante: a diversidade das práticas religiosas, das relações entre sexos, assim como a indumentária como uma importante fonte de informação sobre as relações sociais.

A coleção Perseverança

Ainda no rastro dos folcloristas, chamou-nos a atenção uma coleção de objetos pertencentes aos extintos Xangôs de Maceió, antigos terreiros, onde segundo Abelardo Duarte, os “cultos africanos” ainda eram praticados “com certa pureza religiosa, embora já sincretizados com o catolicismo popular e as próprias seitas africanas entre si³⁷”.

A coleção foi inicialmente trabalhada por Theo Brandão que contou com auxílio de Abelardo Duarte para sua organização. As peças foram recolhidas por ocasião do “Quebra” de 1912, quando a Liga dos Republicanos Combatentes, uma agremiação privada, promoveu uma perseguição implacável aos cultos africanos praticados na cidade. Segundo Duarte, os Xangôs eram “grupos de cultos fetichistas que vinham da segunda metade do

século XIX, “dirigidos na sua maioria por africanos puros, legítimos e descendentes destes³⁸”. Uma comparação das peças desse acervo com o que dispomos em outros estados do Brasil, como Rio de Janeiro, por exemplo, parece indicar algumas particularidades nas peças aí encontradas. Assim sendo, embora Duarte procure nos dissuadir da presença islâmica em Maceió dizendo que os “malês não teriam culto verdadeiramente organizado³⁹” nessa cidade, alguns dos objetos encontrados parecem indicar o contrário.

A peça de Tombo número 088 é descrita como “confeccionada em latão dourado, apresenta haste vertical encimada por um Oxê e uma meia-lua que complementa o desenho, recebendo em cada extremidade uma estrela de cinco pontas.” Oxês são objetos bem conhecidos mas não encimados por estrelas de cinco pontas. Seria essa uma “releitura” com incorporação ao oxé de um símbolo islâmico? O que dizer da peça de Tombo número 158, uma bolsa tipo capanga descrita como “Objeto confeccionado em veludo branco totalmente recoberto por búzios, inclusive a alça, que é longa. É um objeto que completa o traje ritual e está relacionado com orixás que têm o sentido de andar pelas estradas. Só leva bolsa orixá que viaja: Oxum, Oxóssi, Xangô e Oxalá⁴⁰”. A descrição associa a bolsa aos orixás que andam pelas estradas mas seu feitio pequeno lembra também as bem conhecidas bolsas de mandinga, como as encontradas com os muçulmanos rebelados na Bahia em 1835 que as traziam ao pescoço, com trechos do Alcorão para manterem o corpo fechado na sua luta contra a escravidão no Recôncavo. O que dizer, então, da peça que corresponde ao Tombo 209, o barrete? “Peça em estrutura de papelão forrado de tecido de algodão branco e externamente recoberto de veludo vermelho, apresentando motivos rituais bordados em fio amarelo” e com uma lança “da qual pende uma cabeça e mais acima uma meia-lua⁴¹”. Não merecia esta peça um estudo aprofundado?

Esta é uma pesquisa em andamento, não temos até agora respostas para tantas perguntas. Mas são muitos os sinais de que na retomada do folclore e das chamadas tradições populares, como nos indica Burguière, talvez possamos desvendar e dar visibilidade a práticas religiosas que ficaram invisíveis aos olhos das novas ortodoxias e que só pelo olhar curioso do investigador podem ser trazidas de novo à tona. Por trás de um simples indício, já mostrou Carlo Ginzburg, pode sempre haver uma História para contar. O que nos dá a certeza de que ao contrário do que acreditava Tollenare, nem todo o resto perdeu-se.

Notas

¹ L. F. Tollenare, *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Livraria Progresso. 1956. Tollenare era natural de Nantes e veio ao Brasil comerciar algodão, motivo de sua permanência em Pernambuco entre novembro de 1816 e julho de 1817, quando presenciou e relatou importantes episódios da fracassada revolução.

² Theo Brandão, *Folgedos natalinos*. Maceió: Museu Theo Brandão/UFAL. 2003; Abelardo Duarte, *Negros Muçulmanos nas Alagoas: os Malês*. Maceió: Editora Caetés, 1958.

³ Sobre a vasta obra de Mello Moraes, podemos destacar *Crônica Geral do Brasil*. Sistematizada e com uma Introdução por Alexandre de Mello Moraes Filho. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro, Editor, 1886. Cf. verbete p. 294-296 do *ABC das Alagoas*. Brasília: Editora Senado Federal, 2005.

⁴ Jaime Cortesão, “A Revolução de 1383 e as suas conseqüências: A Reforma democrática da Sociedade e a Organização do Estado Descobridor. Conclusão”. In *Os factores democráticos na formação de Portugal*, (1ª ed. 1930). Volume 1 das Obras Completas de Jaime Cortesão. Lisboa: Portugalíia. 1966. pp. 133-158.

⁵ A cidade de Penedo surgiu como aglomerado urbano no século XVII, fica situada às margens do rio São Francisco, a aproximadamente 150 km de Maceió, atual capital do Estado de Alagoas.

⁶ Sobre a predominância haussá entre os muçulmanos revoltados na Bahia nesse período ver Stuart B. Schwartz, “Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814” João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. pp. 373-406.

⁷ Num total de 36 municípios arrolados por Brandão, 20 deles encenam a Chegança, entre eles Penedo e Marechal Deodoro, onde estão concentrados os muçulmanos negros supostamente egressos da Bahia. Ver “Lista dos Folguedos Natalinos por Município” em Brandão, *Folguedos natalinos*. pp. 171-174.

⁸ Sobre o tráfico de escravos muçulmanos para o Brasil no século XIX ver Paul E. Lovejoy, “Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia” *Topoi*, 1 (2000): 11-44 ; João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil. A História do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

Paul E. Lovejoy. *A Escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁹ Duarte, *Negros Muçulmanos*. p. 48

¹⁰ André Burguière, “Antropologia histórica” Jacques le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dirigida por) *A Nova História*. 1ª. edição em francês, 1978. Coimbra: Almedina. 1990. p. 37.

¹¹ Em seu livro João Reis cita Abelardo Duarte (1958) mas destaca um artigo de Luiz Geraldo da Silva (2001), parecendo concordar com as dúvidas desse autor sobre a presença de escravos baianos em Alagoas. Reis, *Rebelião escrava*. p. 83 e nota 25; Luiz Geraldo da Silva, “‘Sementes da sedição’: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817), *Afro-Ásia*, 25/26 (2001): 9-61.

¹² Em seu trabalho sobre os terreiros nagô em Sergipe, Beatriz Dantas não se remete ao trabalho de Abelardo Duarte sobre os muçulmanos de Alagoas mas faz uma breve menção a presença de malês em Laranjeiras, com formas de organização separada dos lá denominados “nagô” e “toré”. Beatriz Góis Dantas, *Vovô nagô e papai branco. Usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal. 1988. pp. 117-118. Em sua tese sobre o Quebra de 1912 em Maceió, Ulisses Rafael cita o livro de Abelardo Duarte mas não faz qualquer menção à rebelião de 1815, ali descrita. Ulisses Neves Rafael, *Xangô rezado baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912*. Tese de Doutorado em PPGSA. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2004.

¹³ André Burguière, “Antropologia histórica” Jacques le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dirigida por) *A Nova História*. 1ª. edição em francês, 1978. Coimbra: Almedina. 1990. p. 43.

¹⁴ André Burguière, *Idem*, p. 44.

¹⁵ Tollenare, *Notas Dominicais* p. 219.

¹⁶ Tollenare era comerciante de algodão. Havia produção de algodão em Penedo e o silêncio do comerciante em relação a Penedo pode indicar que o algodão da região era mais negociado com a Bahia que com Pernambuco, o que reforça os vínculos entre Bahia e Penedo. Entretanto, um levantamento mais detalhado desse circuito comercial precisa ser feito.

¹⁷ Já na primeira edição de *Rebelião escrava no Brasil* João J. Reis faz uso da obra sobre referência do autor à revolta da 1816 em Santo Amaro, Bahia. João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. (primeira edição 1986) São Paulo: Brasiliense. 1987. p. 71. Entretanto, não menciona a rebelião de 1815 em Alagoas. Em seu artigo sobre as rebeliões haussá no Recôncavo baiano Stuart Schwartz se refere a Abelardo Duarte em seu livro *Folclore negro nas Alagoas* (1975) mas não ao livro sobre os malês (1958). Ver Schwartz, “Cantos e quilombos”. nota 47, p. 405.

¹⁸ Etienne Brasil, *A revolta dos malês*. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, 33/34, 1907. Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*. Brasileira. Vol. XIX; Luiz Viana Filho, *O Negro na Bahia*. Coleção Documentos Brasileiros; Alfredo Brandão, *Os Negros na História das Alagoas*. In Estudos Afro-Brasileiros,

Civilização Brasileira; Gustavo Barroso, *História Secreta do Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. Waldemar Valente, *Influências Islâmicas nos grupos de culto afro-brasileiro de Pernambuco*. Recife: Boletim do Instituto de Pesquisas Sociais Joaquim Nabuco, s./d.

¹⁸ Gilberto Freyre, “Prefácio”. In Luiz Vianna Filho. *O Negro na Bahia*. Coleção Documentos Brasileiros. s./d.

¹⁹ Duarte, *Negros Muçulmanos*. p.19-20

²⁰ Ver interessante argumentação em Dantas, *Vovó nagô* cap 3 e 4. pp. 118-216.

²¹ Freyre, “Prefácio”.

²² Francisco Reinaldo Amorim de Barros (orgs.) *ABC das Alagoas. Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas*. Brasília: Senado Federal. A obra não faz referência a Aloísio, mas cita os deputados Joaquim Freitas Melro e Luiz Freitas Melro. (p.264) Tomo II

²³ O jornalista nasceu em Penedo em 26/03/1904. Em 1925 foi nomeado administrador da recebedoria de Piassabuçu, seu primeiro cargo público. Fez carreira na Secretaria de Fazenda e em 1949 foi contratado como redator principal do jornal *A Gazeta de Alagoas*. Entre suas obras destaca-se *Quadros da História de Alagoas. Breves Ensaios sobre a História Pátria*. Prefácio de Théo Brandão. Maceió: Casa Ramalho Editora, 1956.

²⁴ Sobre as rebeliões no Recôncavo baiano ver Stuart B. Schwartz, “Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814”; Silva, “Sementes da sedição”.

²⁵ Duarte, *Negros Muçulmanos*, p. 31

²⁶ Duarte, *Idem*, p. 21

²⁷ Duarte, *Idem*, p.54

²⁸ Nesse bairro fica localizada ainda hoje a Igreja de Santo Antônio dos Pobres, construída, segundo informações locais, no século XVIII.

²⁹ Ver por exemplo as descrições de Castelnau na Bahia, entre outros. Francis de Castelnau, *Renseignement sur l'Afrique Centrale et sur une nation d'hommes à queu qui s'y trouverait. D'après le rapport de nègres du Soudan, esclaves à Bahia*. Paris: P. Bertrand Librairie-Editeur. 1851. Entre os sinais masculinos mais característicos estão o cavagnac, o abadá (túnica comprida) e o barrete (tipo chapéu sem aba). As mulheres são mais difíceis de serem identificadas e voltaremos a elas mais adiante.

³⁰ O capítulo “O filósofo do cais”, do mesmo livro, traz abaixo do título, entre parêntesis, na edição de 1979 o nome: Dr. Mello Moraes pai, indicando ser dele o relato; já “Um funeral moçambique em 1830” embora sem menção explícita se apóia nitidamente em Debret que faz detalhada descrição do funeral de uma mulher moçambique em sua prancha “Enterro de uma negra”. Tanto o enterro de Debret quanto o funeral de Mello Moraes têm lugar na Igreja da Lampadosa, no Rio de Janeiro. Jean-Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins. 1940. 2 vols. prancha 16, p. 184. Mello Moraes Filho, *Festas e tradições populares do Brasil*. Prefácio de Silvio Romero. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EdUSP. 1979. pp. 242-244.

³¹ Ver nota 84 onde Câmara Cascudo dá a referência da menção que Arthur Ramos fa à festa dos mortos de Mello Moraes em As culturas negras no novo mundo capítulo XIV, onde se lê: “Os ritos funerários, hoje desaparecidos, foram outrora muito praticados pelos *malês*. Ao morrer um negro *malê*, os seus companheiros vestiam-se de modo característico, deitavam o cadáver de lado, no caixão, fazendo o enterramento segundo ‘a lei dos brancos’. “A festa dos mortos”, descrita por Mello Moraes Filho e transcrita em *O negro brasileiro*, foi evidentemente outro rito funerário de origem *malê*. Arthur Ramos, *As culturas negras no Novo Mundo*. 4ª. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1979. p. 220.

³² Duarte, *Idem*, p.41

³³ Não cabe aqui uma discussão sobre o significado dos termos *fula*, *mandinga*, e outros. O ponto importante é que todos esses nomes tem uma nítida vinculação com o universo do islã negro no Brasil e na África.

* Por razões técnicas, não foi possível reproduzir esta foto, a partir do livro de Abelardo Duarte. O Instituto Histórico e Geográfico da Alagoas possui original da mesma, não nos sendo contudo autorizado a sua utilização para esta publicação.

³⁴ O espanto diante do número de mulheres em relação ao de homens não combina com o perfil do tráfico atlântico entre os haussás já que os embarques indicam um numero bem superior de homens que de mulheres na Baía do Benin nas primeiras décadas do século XIX. Ver Paul E. Lovejoy, “The Sahara-Atlantic divide, or how women fit into the slave trade”. In Gwyn Campbell, Suzanne Miers, Joseph C. Miller (eds) *Women and Slavery: África and the Western Indian Ocean Islands*. Athens: Ohio University Press. 2006.

³⁵ Moraes Filho, *Festas e tradições*. p. 211.

³⁶ Lovejoy, *A escravidão na África*. p. 48-50, 30, 48.

³⁷ Abelardo Duarte, *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió: IHGAL, 1974, p.9

³⁸ Abelardo Duarte, *Idem*, p. 15

³⁹ Duarte, *Idem, Ibdem*.

⁴⁰ Trata-se de uma descrição extraída do novo catálogo da coleção. Raul Lody, *Coleção Perseverança, um documento do Xangô alagoano*. Maceió: UFAL; Rio de Janeiro: FUNARTE. 1985.

⁴¹ Lody, *Coleção Perseverança*. p. 38.

Referências Bibliográficas

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas. Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas**. Brasília: Senado Federal, 2 tomos, 2005.

BARROSO, Gustavo. **História Secreta do Brasil** 2ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

BRANDÃO, Théo. **Folguedos Natalinos**. Maceió: Museu Théo Brandão/UFAL, 2003.

BRANDÃO, Alfredo. “Os Negros na história de Alagoas”, in **Estudos Afro-Brasileiros**. Recife: Editora Massangana, 1988, pp.55-91

BRASIL Etienne. “A revolta dos malês”, in **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. 33/34, 1907.

BURGUIÈRE, André. “Antropologia histórica”, in Le Goff, Jacques; CHARTIER, Roger & REVEL, Jacques (dir.) **A Nova História**. Coimbra: Almedina, 1990 [1ª ed. em francês, 1978].

CASTELNAU, Francis de. **Reisengnement sur l’Afrique Central et sur une nation d’hommes à queu qui s’y trouverait. D’après lê rapport de nègres du Soudan, esclaves à Bahia**. Paris: P. Bertrand Librairie-Editeur, 1851.

CORTESÃO, Jaime. “A Revolução de 1383 e as suas conseqüências: A reforma democrática da sociedade e a organização do Estado descobridor. Conclusão.” In **Os Fatores democráticos na formação de Portugal**. Lisboa: Portugalíia (Obras Completas de Jaime Cortesão, vol. I), 1996 [1ª ed.1930].

DANTAS, Beatriz Gões. **Vovô Nagô e Papai Branco. Usos e abusos da África no Brasil** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DEBRET, Jean-Batpiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Prefácio de Sergio Millet. São Paulo: Livraria Martins, 1940, 2 vols.

DUARTE, Abelardo. **Negros Muçulmanos nas Alagoas – os Malês**. Maceió: Editora Caetés, 1958.

_____. **Catálogo Ilustrado da Coleção Perserverança**. Maceió: IHGAL, 1974.

_____. **Folclore Negro das Alagoas**. Maceió: DAC, 1974.

FREYRE, Gilberto. “Prefácio”. In Vianna Filho, Luiz. **O Negro na Bahia**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed, 1946.

LODY, Raul. **Coleção Perserverança, um documento do Xangô alagoano**. Maceió: UFAL: Rio de Janeiro; FUNARTE, 1985.

LOVEJOY, Paul E. “Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia”. **Topoi** 1, 2002.

_____. **A Escravidão na África –uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. “The Sahara-Alantic divide, or how womem fit into the slave trade”, in Gwyn Campbell, Suzanne Miers, Joseph C. Miller (eds.) **Womem and salvery: África and the Western Indian Ocean Islands**. Athens: Ohio Universtly Press, 2006.

MELRO, Aloísio Freitas. **Quadros da História de Alagoas. Breves Ensaio sobre a História Pátria**. Prefácio de Théo Brandão. Maceió: Casa Ramalho Editora, 1956.

MORAES, Melllo. **Crônica Geral do Brasil (sistemizada e com uma introdução por Alexandre de Melo Moraes Filho)**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro, Editor, 1886.

MORAES FILHO, Mello. **Festas e Tradições populares do Brasil**. Prefácio de Sílvio Romero. Belo Horizonte: ed. Itataia: São Paulo: EDUSP, 1979.

RAFAEL, Ulisses Neves. *Xangô Rezado Baixo – um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2004 (Tese de Doutorado).

RAMOS, Arthur. **As Culturas Negras no Novo Mundo** 4ª Ed.. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

_____. **O Negro Brasileiro**. Prefácio de Reneê Ribeiro. Segunda Edição Fac-similar, Recife, Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana, 1988.

REIS, João José **Rebelião Escrava no Brasil – a história do levante dos malês em 1835**. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, Nina **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia. editora Nacional, Col. Brasileira vol. IX, 1932.

SCHWARTZ, Stuart. “Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814”, in REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.) **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Luiz Geraldo. “Semente da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817)”, in **Afro-Ásia**, 25/26, 2001.

TOLLENARE, L. F. **Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Salvador: Livraria Progresso, 1956.

VALENTE, Waldemar. “Influências islâmicas nos grupos de culto afro-brasileiro de Pernambuco”, in **Boletim do Instituto de Ciências Sociais**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, s./d.

VIANNA FILHO, Luiz. **O Negro na Bahia**. Rio de Janeiro, José Olympio Ed. 1946.